



**Ministério da Saúde e
da Segurança Social**



AGENDA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PARA A SAÚDE 2020-2024



**Organização
Mundial da Saúde**
Cabo Verde

Cidade da Praia - Cabo Verde, outubro de 2019



Agenda Nacional de Investigação para a Saúde

2020-2024

Cidade da Praia - Cabo Verde, outubro de 2019



FICHA TÉCNICA:

Publicação: Instituto Nacional de Saúde Pública

Designer gráfico e paginação: Imprensa Nacional

Parceiro: Organização Mundial da Saúde

Edição: Outubro de 2019

Tiragem: 115 Exemplares



Equipa Técnica (2011)

Dr. Artur Correia

Dr. Dario Dantas dos Reis

Dra. Maria de Lourdes Lopes Spencer dos Santos

Equipa de Revisão e finalização da agenda (2019)

Maria da Luz Lima Mendonça - coordenação

Albertina Fernandes Lima

Analina Pereira Barros Olende

Ângela Maria P. Barreto da Veiga Moreno

Antonieta de Ascensão Soares Martins

Artur Jorge Correia

Dario Dantas dos Reis

Edna Duarte Lopes

Flávia Helena Andrade Semedo

Francisca Mendes Barbosa

Júlio Monteiro Rodrigues

Lara Ferrero Gómez

Maria de Fátima Carvalho Alves

Maria de Lourdes Spencer Lopes dos Santos

Maria Serafina Rocha Alves Tavares

Silvânia da Veiga Leal

Revisto e validado em 2019



Índice

1. Introdução	5
2. Finalidade e Objetivos	10
2.1. Finalidade	10
2.2. Objetivos.....	10
3. Metodologia	11
4. Eixos de Investigação	12
5. Distribuição das linhas de investigação por eixo.....	13
6. Propostas de projetos de investigação de acordo com as linhas de investigação...17	
Eixo 1: Doenças não Transmissíveis, saúde mental e causas externas	17
Eixo 2: Doenças Transmissíveis.....	21
Eixo 3: Políticas e Sistemas de Saúde	23
Eixo 4: Determinantes da saúde	26
Eixo 5: Epidemiologia, Demografia e saúde	28
Eixo 6: Investigação Clínica.....	29
Eixo 7: Saúde de Grupos Populacionais, incluindo grupos vulneráveis	30
Eixo 8: Cuidados farmacêuticos e outras terapias	35
Eixo 9: Tecnologias em saúde	37
Eixo 10: Comunicação e Promoção da Saúde	38
7. Plano de implementação, seguimento e avaliação da agenda	40
8. Bibliografia	47



1. Introdução

A elaboração e implementação da Agenda Nacional de Investigação para a Saúde é um processo político que busca, em todas as suas etapas, a ampla participação de atores com experiências e linguagens distintas, tanto da investigação científica como da saúde. A articulação em torno desse instrumento é a ação mais importante na sua legitimação, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no País.

Apesar de não existir até o momento uma agenda estratégica de investigação para a Saúde, o assunto tem constituído uma preocupação nacional, traduzida na realização, particularmente a partir 1990, de vários inquéritos da saúde pública (epidemiológicos, comportamentais e de cobertura de serviços), visando a recolha de informação sobre o estado de saúde da população e sobre o funcionamento dos serviços, como base para a definição de políticas e estratégias para a melhoria da saúde da população cabo-verdiana.

Desde o período pós-independência, além do sector da saúde, várias instituições vêm realizando, com regularidade, atividades de investigação científica e tecnológica.

Em 1999, o Governo aprovou o Estatuto do pessoal investigador, através do Decreto-Lei nº 2/99, visando a coordenação das atividades de investigação e a gestão otimizada dos recursos.

A Lei orgânica do Ministério da Saúde, de setembro de 2010, atribuía de forma explícita, responsabilidades de investigação em saúde ao **Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário** (CNDS) um serviço vocacionado para a coordenação multisectorial das ações subjacentes ao desenvolvimento sanitário e para a promoção e realização de projetos de investigação aplicada ao desenvolvimento sanitário, à Direção Geral de Saúde e à Direção Geral da Farmácia e do Medicamento.

O CNDS foi extinto em 2014 através do Decreto-Lei que cria o Instituto Nacional de Saúde Pública.

Por seu lado, a lei que enquadra os Hospitais Centrais, de dezembro de 2005, no seu artigo 4º, alínea f, atribui aos Hospitais Centrais a função de colaborar no ensino e na investigação científica, em diferentes áreas de interesse para o país, designadamente através da realização de internatos médicos e de cursos e estágios para profissionais da saúde.



As carreiras médica e de enfermagem publicados em 2018 e 2019 respetivamente, consideram a investigação como um estímulo e peça fundamental para a progressão das respetivas carreiras.

Outros organismos têm desenvolvido projetos/inquéritos de investigação para a saúde, em colaboração com o Ministério da Saúde, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística, INE, organismo responsável pela realização de Inquéritos Demográficos e de Saúde Reprodutiva;
- Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, ICCA, e a Fundação Cabo-verdiana da Solidariedade, FCS;
- Comité de Coordenação do Combate à Sida, CCS-SIDA;
- Comité de Coordenação do Combate à Droga, CCCD;
- Ministério de Educação e Ensino Superior;
- Universidades e Escolas Superiores;
- Direção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária
- Institutos tais como INGRH, o INIDA, Instituto de Meteorologia, etc.;
- ONGs, como Associação Zé Moniz, VerdeFam, etc.;
- Organismos de cooperação bilateral e multilateral, OMS, GTZ, UNICEF, etc., em parceria com entidades Nacionais;

A Lei de bases do Serviço Nacional de Saúde (Lei n.º 41/VI/2004 de 05 de abril) inscreve a investigação, no seu artigo 22º, realçando que, em particular, a investigação aplicada constitui uma prioridade para a Saúde, devendo ser promovida e encorajada junto dos profissionais do sector.

A Política Nacional de Saúde, aprovada em 2007, aponta para a necessidade de se desenvolver mecanismos institucionais de suporte e promoção da investigação no país, privilegiando os de coordenação, da observância da ética e de ligação entre os serviços existentes, no sentido de:

1. Fomentar nos profissionais de saúde o desenvolvimento do espírito sistemático de investigação como um meio de atualizar os conhecimentos e melhorar as aptidões individuais;
2. Promover a investigação de sistemas de saúde, a todos os níveis, como um instrumento de aperfeiçoamento da gestão dos serviços de saúde e das relações com os outros sectores intervenientes;



3. Criar condições para o desenvolvimento e suporte à investigação biomédica, como forma de aumentar as aptidões dos investigadores, reforçar os conhecimentos sobre as situações que afetam a população e como melhor adequar as intervenções dos profissionais e do sistema a essas situações;
4. Estabelecer ligações com as instituições universitárias nacionais e com centros de investigação regional e mundial para garantir um suporte técnico e de procedimentos às investigações científicas que vierem a ter lugar;
5. Dotar o país de uma comissão de ética para a investigação em saúde.

Assim, em 2007, foi criado, através do Decreto-Lei nº 26/2007 de 30 de julho, o Comité Nacional de Ética em Pesquisa para a Saúde, abreviadamente designado CNEPS, é uma entidade autónoma e independente, multisectorial e multidisciplinar, que assegura a salvaguarda da dignidade, dos direitos, da segurança e do bem-estar de todos os potenciais participantes em investigação para a saúde.

O Comité é constituído pelos seguintes elementos:

- Representante da Ordem dos Médicos de Cabo Verde;
- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde
- Representante da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania
- Representante da Universidade de Cabo Verde
- Representante das Confissões Religiosas (Igreja Católica)
- Representante da Plataforma das ONG

A necessidade de se ter uma Instituição, a nível do Ministério da Saúde, vocacionada para a **Investigação em Saúde** foi colmatada com a criação em Março de 2014, através da Resolução Nº 21/2014, do Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP).

O INSP foi concebido no contexto de fortalecimento das políticas públicas e melhoria do sistema de saúde, nomeadamente nas áreas de investigação, vigilância, formação e promoção da saúde.

A criação do INSP insere-se nesse contexto, como órgão de produção de evidências e bases fatuais para tomada de decisões e a organização da ação, com vista a obtenção de resultados em saúde.



O Estatuto do INSP estabelece como missão do INSP ***gerar, desenvolver e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a saúde e os seus determinantes, visando contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e a melhoria do sistema nacional de saúde, em prol do bem-estar da população de Cabo Verde.***

O INSP tem, ainda, por missão ***coordenar e promover a adoção de políticas de promoção da Saúde no país, numa perspetiva multisectorial e pluridisciplinar.*** Especificamente, no domínio da investigação, o INSP deve atuar como agência nacional coordenadora e dinamizadora das investigações em saúde no país, coordenar a elaboração e revisão da Agenda Nacional de Investigação em Saúde, investigar os principais determinantes sociais económicos e ambientais de saúde e desenvolver investigação clínica, em colaboração com unidades prestadoras de serviços assistenciais.

Ainda no domínio da investigação são, também, atribuições do INSP, promover, designadamente, a realização de pesquisa de carácter operacional e avançado em doenças transmissíveis e não transmissíveis, analisar as condições de saúde da população em territórios específicos, a realização de pesquisas sobre o sistema de saúde, a investigação e realização de estudos para a melhoria da prestação dos serviços às comunidades, a criação de uma base nacional de dados e documentação técnico científica com interesse para a saúde pública, bem assim, a mobilização de financiamento para a investigação em saúde no país.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2005) o benefício último da investigação reside não só na geração de novo conhecimento, como também na tradução do conhecimento em estratégias, tecnologias e intervenções que são efetiva e adequadamente administradas para benefício das pessoas, em particular as mais pobres, e outros grupos considerados mais vulneráveis.”

Baseada nesta preocupação a OMS criou, em 2005, um programa para fortalecer os laços entre a investigação em saúde e a prática – Redes para Apoiar a Tomada de Decisão em Saúde e a Formulação da Política de Saúde (Networks to Support Health Decision-Making and Health Policy Formulation) e na sequência do Fórum Ministerial Global sobre a Investigação em Saúde realizada em Bamako em 2008, **revelou-se**



oportuna e pertinente a definição duma agenda de investigação, dada a necessidade de aproximar cada vez mais o conhecimento científico da tomada de decisão e das intervenções em saúde, numa perspetiva inovadora, com o objetivo de responder às reais necessidades e problemas de saúde das populações, de modo a que possam ser obtidos ganhos efetivos em saúde. Considera-se, no entanto que na definição desta agenda, deverão estar envolvidos, na medida do possível, os profissionais relacionados com essa temática e os parceiros considerados mais relevantes para a área da saúde.

A Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) validou em Dakar, em Abril de 2019 uma ferramenta de reforço aos países suportando a investigação como base para implementação de políticas de saúde baseadas em evidências.

O Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), com funções importantes ao nível da coordenação e da promoção da investigação no país, veio facilitar o processo de finalização e validação da Agenda Nacional de investigação para a saúde num contexto atualizado tendo em conta os desafios que se colocam ao sector da saúde e da abordagem “Uma Só Saúde”.

É neste contexto que a presente “Agenda Nacional de Investigação para a Saúde”, se insere, partindo das principais prioridades sanitárias e de organização e funcionamento do nosso SNS e apontando as linhas orientadoras, para o desenvolvimento de investigação científica no país, no âmbito da saúde.

A Agenda foi atualizada considerando as orientações do Governo da IX legislatura em matéria de Investigação em Saúde, refletidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e na Agenda Nacional de Investigação; as recomendações regionais, nomeadamente, da CPLP, traduzidas no Plano Estratégico de Cooperação em Saúde e da Organização Oeste Africana da Saúde e da OMS Afro.

Por outro lado, e enquadrado na abordagem “Uma Só Saúde” com a integração da saúde animal e ambiental, esta agenda pretende ser orientador das investigações dos outros setores como a Direção dos Serviços da Pecuária na pesquisa das doenças zoonóticas e de notificação obrigatória junto da Organização Mundial da Saúde Animal (OIE).

A agenda comporta como eixos prioritários 1) Doenças Não Transmissíveis, saúde mental e causas externas; 2) Doenças Transmissíveis e emergências em saúde pública; 3) Políticas e Sistema de Saúde; 4) Determinantes da saúde; 5) Epidemiologia, Demografia

e Saúde; 6) Investigação Clínica; 7) Saúde de Grupos Populacionais, incluindo grupos vulneráveis; 8) Assistência e cuidados Farmacêuticos; 9) Tecnologias e economia da Saúde; 10) Informação, comunicação e Promoção da Saúde.

Cada eixo contempla linhas prioritárias de investigação, a partir das quais serão desenvolvidos projetos de investigação em temáticas diversas, buscando permanentemente responder aos desafios do Sistema Nacional da Saúde (SNS), como as questões da abordagem “Uma Só Saúde”, entre outras.

2. Finalidade e Objetivos

2.1. Finalidade

A finalidade da “Agenda Nacional de Investigação para a Saúde” é facultar aos diferentes atores do processo de investigação para a saúde, no país, orientações sobre as prioridades de investigação na área da saúde, identificadas a partir da análise do estado de saúde da população e da situação organizacional e funcional do Sistema Nacional de Saúde.

2.2. Objetivos

“Promover e desenvolver um sistema nacional de investigação, para a produção de conhecimento em saúde e subsidiar a tomada de decisões”.

Objetivos específicos

- 1- Elaborar linhas orientadoras específicas de investigação, para cada prioridade de saúde e problema organizacional e funcional;
- 2- Obter um melhor envolvimento de outros parceiros, além da saúde, na investigação, nomeadamente Universidades, Institutos, outros Departamentos Governamentais, ONGs, etc.;
- 3- Facilitar o processo de diálogo com os parceiros nacionais e internacionais, na procura de financiamento para a investigação;
- 4- Apoiar o processo de financiamento e mobilização de recursos para a investigação em saúde;

- 5- Facilitar a implicação de profissionais (técnicos e investigadores) na investigação para a saúde;
- 6- Orientar os académicos na escolha de temas de investigação que respondam a necessidades em saúde em Cabo Verde.

3. Metodologia

A elaboração da agenda de investigação em saúde deu os primeiros passos em 2011, com a liderança institucional do Centro Nacional de Desenvolvimento Sanitário. Optou-se por uma metodologia participativa, organizada em duas fases. Na primeira fase, foram constituídos grupos de trabalho de natureza pluridisciplinar e multisectorial e, na segunda fase, procedeu-se à recolha de propostas diretamente, junto de personalidades de reconhecida idoneidade técnica e científica.

Na primeira fase, foram constituídos os seguintes grupos de trabalho:

- **Grupo 1** - Doenças Transmissíveis
- **Grupo 2** – Doenças não Transmissíveis
- **Grupo 3** – Gestão e Consumo de Medicamentos
- **Grupo 4** – Organização e Funcionamento do SNS

Os grupos tinham as seguintes tarefas:

- 1- Fazer um levantamento das publicações existentes, de cada prioridade identificada;
- 2- Elaborar um perfil epidemiológico/Ponto situacional de cada doença ou problema de saúde prioritário;
- 3- Fazer o ponto de situação de cada problema organizativo e/ou funcional identificado;
- 4- Elaborar uma lista de linhas de investigação, tendo em atenção os aspetos que concorram para um melhor conhecimento e/ou resolução de problemas identificados.

Na segunda fase foram contactadas técnicos de várias categorias profissionais de saúde (médicos, farmacêuticos, biólogos, nutricionistas, enfermeiros, etc.), pertencentes a



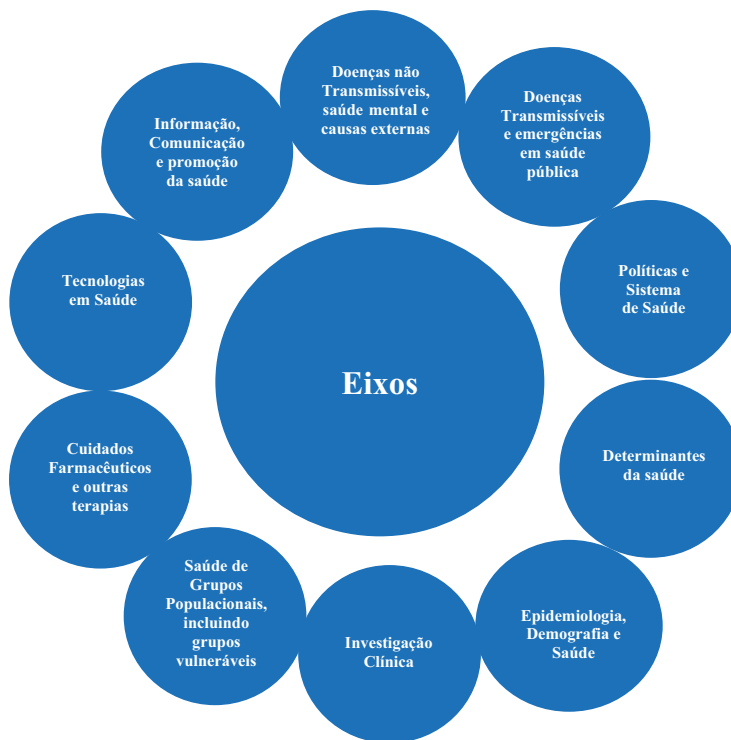
várias estruturas de saúde e serviços, professores universitários e Agentes Sociais pertencentes a diversas ONGs.

Em outubro de 2019, foi retomado o processo enquadrado no Primeiro Congresso Nacional de Investigação em Saúde realizado pelo INSP.

4. Eixos de Investigação

As prioridades para a investigação, consideradas importantes para o Sistema Nacional de Saúde forma agrupadas em 10 eixos de investigação. Cada um dos eixos de investigação desdobra-se em linhas de investigação (LI) consideradas prioritárias para o período de vigência da agenda. Para cada linha de investigação podem ser constituídos grupos de investigação englobando Serviços Centrais do Ministério da Saúde, Universidades, Hospitais, Centros de Saúde, ONGs, empresas, investigadores particulares, independentes, etc.

1. Doenças não Transmissíveis, saúde mental e causas externas;
2. Doenças Transmissíveis e emergências em saúde pública
3. Políticas e Sistema de Saúde
4. Determinantes da saúde
5. Epidemiologia, Demografia e Saúde
6. Investigação Clínica
7. Saúde de Grupos Populacionais, incluindo grupos vulneráveis
8. Cuidados farmacêuticos e outras terapias
9. Tecnologias em Saúde
10. Comunicação e Promoção da Saúde



5. Distribuição das linhas de investigação por eixo

Eixo 1: Doenças não Transmissíveis, saúde mental e causas externas

Linhas de investigação

1. Doenças metabólicas e da nutrição
2. Doenças cardio e cerebrovasculares
3. Doenças oncológicas e hematológicas
4. Doenças mentais, álcool e outras drogas
5. Doenças respiratórias crónicas
6. Doenças Osteoesqueléticas
7. Nefropatias agudas e Doença renal crónica
8. Causas externas de Morbimortalidade (violência, acidentes de trânsito, traumas envenenamentos, ...)
9. Outras doenças e fatores de risco relacionadas com DCNT



Eixo 2: Doenças Transmissíveis e emergências em saúde pública

Linhas de pesquisa

1. Virologia
2. Bacteriologia
3. Parasitologia
4. Entomologia Médica
5. Outras doenças transmissíveis
6. Doenças negligenciadas, tropicais e transmitidas por vetores
7. Controlo de epidemias e endemias

Eixo 3: Políticas e Sistemas de Saúde

Linhas de pesquisa

1. Avaliação dos programas e serviços de saúde
2. Sistema de informação em saúde
3. Ganhos em saúde
4. Cobertura, acesso e acessibilidade
5. Financiamento e sustentabilidade
6. Planeamento e gestão em saúde
7. Desenvolvimento dos recursos humanos
8. Avaliação económica

Eixo 4: Determinantes da saúde

Linhas de pesquisa

1. Determinantes sociais e económicos
2. Determinantes ambientais e climáticos
3. Abordagem “Uma Só Saúde”
4. Saúde pública veterinária
5. Saúde e género



Eixo 5: Epidemiologia, Demografia e Saúde

Linhas de pesquisa

1. Epidemiologia das doenças crónicas
2. Eco epidemiologia
3. Urgências e emergências em saúde
4. Controlo de epidemias e endemias
5. Território e saúde
6. Padrões de mortalidade
7. Indicadores demográficos

Eixo 6: Investigação Clínica

Linhas de pesquisa

1. Ensaios e estudos clínicos
2. Infecções associadas a cuidados de saúde
3. Doenças congénitas
4. Outras patologias

Eixo 7: Saúde de Grupos Populacionais, incluindo grupos vulneráveis

Linhas de pesquisa

1. Saúde em todo o ciclo de vida (Criança, adolescente, mulher, homem e idoso)
2. Período perinatal e primeiro ano de vida
3. Portadores de necessidades especiais
4. Saúde infantil
5. Saúde dos adolescentes
6. Saúde da mulher
7. Saúde do idoso
8. Saúde dos Migrantes
9. Saúde do trabalhador
10. Determinantes das condições de vida dos grupos vulneráveis, com ênfase nos aspetos ambientais, familiares, nutricionais, psicológicas e sociais



Eixo 8: Cuidados farmacêuticos e outras terapias

Linhas de pesquisa

1. Política medicamentosa
2. Gestão dos medicamentos e da assistência farmacêutica
3. Farmacovigilância, uso racional e tratamento personalizado
4. Segurança do paciente
5. Medicina tradicional
6. Outros tipos de terapia

Eixo 9: Tecnologias em saúde

Linhas de pesquisa

1. Saúde digital
2. Telemedicina/telesaúde; *e-Health*
3. Normas e procedimentos tecnológicos hospitalares
4. Informatização em saúde

Eixo 10: Comunicação e Promoção da Saúde

Linhas de pesquisa

1. Literacia em saúde
2. Comunicação em saúde
3. Boas práticas em saúde
4. Saúde comunitária e cidadania em saúde
5. Promoção da Saúde



6. Propostas de projetos de investigação de acordo com as linhas de investigação

Eixo 1: Doenças não Transmissíveis, saúde mental e causas externas
Linhas de Investigação
L I 1 - Doenças metabólicas e da nutrição
1 - Morbimortalidade, custo socioeconómico, adesão ao tratamento, evolução da doença e complicações. 2 - Fatores de risco. 3 - Diagnóstico e tratamento. 4 - Perfil dos doentes e perceção da doença.
L I 2 - Doenças cardio e cerebrovasculares
5 - Fatores de risco e consequências. 6 - Perfil do doente e adesão ao tratamento 7 - Aterosclerose - etiologia, doenças relacionadas, localizações das lesões, morbi-mortalidade. 8 - Reumatismo articular agudo e valvulopatias. 9 - Hipertensão arterial sistémica. 10 - Dislipidémias. 11 - Cardiopatia Isquémica e Acidente Vascular cerebral. 12 - Tromboembolismo venoso. 13 - Avaliação da efetividade e custo-benefício da organização de um sistema extra-hospitalar e intra-hospitalar da Via Verde do AVC.
L I 3 - Doenças oncológicas e hematológicas
14 - Neoplasias do aparelho digestivo, próstata, mama, colo de útero e neoplasias em crianças. 15 - Avaliação da efetividade e custo-benefício de ações de diagnóstico precoce e tratamento dos cancros. 16 - Morbimortalidade e letalidade. 17 - Avaliação da qualidade de vida e custo socioeconómico dos doentes oncológicos. 18 - Fatores de risco genéticos e ambientais, incluindo resíduos tóxicos, suas interações e influência de fatores sociogeográficos. 19 - Desenvolvimento de métodos de diagnóstico e tratamento precoce. 20 - Detecção precoce e evolução da doença.

L I 4 - Doenças mentais, álcool e outras drogas

- 21 - Perturbações depressivas e da ansiedade.
- 22 - Indicadores de saúde mental.
- 23 - Carga global da doença mental.
- 24 - Caracterização dos portadores de perturbações mentais e comportamentais (álcool, outras drogas).
- 25 - Fatores de risco e de proteção, vulnerabilidade e prognóstico de problemas de saúde mental.
- 26 - Levantamento exploratório de aspetos demográficos e socioeconómicos em saúde mental.
- 27 - Reabilitação psicossocial dos doentes e seus familiares.
- 28 - Eficácia das abordagens terapêuticas de grupos.
- 29 - Estratégias de prevenção e redução de danos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas.
- 30 - Suicídios.
- 31 - Diagnóstico, prevenção e intervenção precoce na atenção primária à saúde mental em grupos específicos (infantojuvenil, idosos, mulheres e crianças vítimas de violência (sexual, doméstica, psicológica ...), pessoas desempregadas e/ ou em situação de crise económica e instabilidade laboral, etc.), e promoção da literacia em saúde mental.
- 32 - Instrumentos de avaliação em saúde mental: aplicabilidade e aspetos psicométricos.
- 33 - Caracterização de determinantes socioculturais no diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças mentais em Cabo Verde.

L I 5 - Doenças respiratórias crónicas

- 34 - Etiologia, fatores de risco, incidência e prevalência da DPOC.
- 35 - Doenças respiratórias e comprometimento da qualidade de vida, absentismo no trabalho e na escola.

L I 6 - Doenças osteoesqueléticas

- 36 - Doenças osteoarticulares.
- 37 - Etiologia, fatores de risco, incidência e Prevalência das neoplasias do sistema músculo-esquelético.
- 38 - Doenças osteoarticulares como causa de aposentadoria precoce.

39 - Efetividade das terapias disponíveis, incluindo acupuntura.

40 - Neoplasias do sistema músculo-esquelético.

L I 7 - Nefropatias agudas e doença renal crónica

41 - Etiologia, fatores de risco, incidência e Prevalência da doença renal crónica.

42 - Terapia de substituição renal (hemodiálise, diálise peritoneal...).

43 - Transplante renal.

L I 8 - Causas externas de Morbimortalidade

➤ Violências

44 - Estudo epidemiológico de traumatismos e seus condicionantes.

45 - Avaliação de sistemas de vigilância de violências e acidentes, incluindo-se os do trabalho, considerando os aspetos políticos, sociais e culturais.

46 - Estudos sobre envolvimento, sensibilização, mobilização, fortalecimento e capacitação de lideranças e organizações comunitárias nas medidas preventivas de controlo de danos e riscos relacionados à violência.

47 - Magnitude, dinâmica e compreensão da violência, acidentes e trauma: estudos quantitativos de base populacional e estudos qualitativos.

48 - Magnitude segundo tipos de violência: doméstica, sexual, psicológica, comunitária, institucional, autoinfligida, no trabalho, no trânsito, nos diferentes grupos populacionais, étnicos e segmentos sociais.

49 - Incidência e prevalência do comportamento violento e vitimização.

50 - Efeitos da violência no processo de adoecimento.

51 - Violência baseada no género.

52 - Determinantes da morbimortalidade relativa aos principais tipos de violência (no trabalho, no trânsito, doméstica, sexual, comunitária, institucional, autoinfligida, nos diferentes grupos populacionais, étnicos e segmentos sociais).

53 - Criminalidade, uso e manipulação de armas por adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco.



➤ Acidentes de trânsito

- 54 - Impacto dos traumas de trânsito e da violência na geração de deficiências.
- 55 - Reinserção na vida produtiva e social dos portadores de deficiências produzidas em decorrência de traumas e violências.
- 56 - Ação profissional ética e os aspetos éticos legais, relacionada às situações de conflito ou dilemas em cenários de emergência, observando as questões de género, idade e orientação religiosa do usuário.
- 57 - Impactos produzidos por ações intersectoriais no quadro epidemiológico de violências, acidentes e traumas.

➤ Traumas

- 58 - Caracterização dos traumatismos da terceira idade e suas implicações.
- 59 - Estudo epidemiológico de traumatismos e seus condicionantes.
- 60 - Acidentes domésticos.

➤ Envenenamentos

- 61 - Determinantes da morbimortalidade relacionada com envenenamentos.

L I 9 - Outras doenças e fatores de risco relacionadas com DCNT

- 62 - Fatores de risco, prevenção, prevalência e impacto das doenças bucais.
- 63 - Tendência temporal das doenças não transmissíveis Epidemiologia das doenças não transmissíveis em diferentes grupos etários.
- 64 - Construção e seleção de indicadores epidemiológicos para monitoramento e vigilância dos fatores de risco, morbidade e mortalidade por doenças crônicas não-transmissíveis.

Eixo 2: Doenças Transmissíveis

Linhas de Investigação

L 1 1 - Virologia

- 1 - Caracterização (História natural, Incidência, prevalência, mortalidade, sobrevida, ...) epidemiologia, dinâmica, tratamento e resistência a fármacos das infeções sexualmente transmissíveis, incluindo infeção pelo VIH.
- 2 - Estudos etnográficos e sociais em IST com ênfase em VIH/SIDA.
- 3 - Representação social e práticas sexuais dos diferentes grupos vulneráveis em relação a SIDA.
- 4 - HPV: prevenção, diagnóstico, tratamento, incidência, prevalência e educação em saúde.
- 5 - Qualidade, impacto e resolubilidade da assistência integral às populações de seropositivos VIH em situação de vulnerabilidade.
- 6 - Adesão e abandono do tratamento dos pacientes HIV positivos.
- 7 - Impacto do TARV na sobrevivência das PVVIH.
- 8 - Perfil das PVVIH (social, económico, demográfico, imunológico, virológico etc...) perdidos de vista, e impacto socioeconómico do VIH-SIDA, nas famílias e na sociedade cabo-verdiana.
- 9 - Estudos APIS.
- 10 - Adesão e impacto da terapia anti-retroviral em SIDA.
- 11 - Seroprevalências das viroses em Cabo Verde.
- 12 - Caracterização do tipo de vírus e sua relação com a prevalência das diarreias e outras viroses em Cabo Verde.
- 13 - Eficiência e impacto das ações que são desenvolvidas para a prevenção contra as doenças transmitidas por mosquito vetor.
- 14 - Prevalência das hepatites virais e suas complicações.
- 15 - Estratégias custo/efetivas para a prevenção da hepatite, diagnóstico e tratamento das hepatites.
- 16 - Caracterização, epidemiologia, e sistema de informação das hepatites virais.
- 17 - Desenvolvimento de indicadores para acompanhamento das hepatites nas clínicas de hemodiálise, considerando a transmissão intradialítica.
- 18 - Arboviroses e seu controlo; Febre-amarela, Dengue, Chikungunya, Zika, West Nile, Febre do Vale do Rift e outras encefalites.
- 19 - Análise evolutiva e filogenia das viroses em Cabo Verde.

L 1 2 - Bacteriologia

➤ Tuberculose

- 20 - Fatores de risco, Incidência, Prevalência e Distribuição da tuberculose no país
- 21 - Caracterização genética e suscetibilidade do bacilo da TB em CV.
- 22 - Sensibilidade à tuberculina.
- 23 - Avaliação do impacto das ações desenvolvidas pelo Sistema de Tratamento Diretamente Observado (DOTS) em tuberculose.
- 24 - Avaliação da implementação dos instrumentos do PNLTL.
- 25 - Fatores determinantes e adesão ao tratamento por antituberculosos.
- 26 - Investigações operacionais relacionadas com TB/MR.
- 27 - Caracterização da Coinfecção TB/HIV.

➤ Lepra

- 28 - Estudo epidemiológico sobre a Lepra.
- 29 - Estudo de caso - lepra em Cabo Verde.

➤ Pneumonias bacterianas

- 30 - Caracterização das Infecções Respiratórias Agudas, incluindo micobactérias não-tuberculosas no país.
- 31 - Resistência antimicrobiana.

L 1 3 - Parasitologia

➤ Paludismo

- 32 - Eficiência e impacto das ações que são desenvolvidas para a prevenção do paludismo.
- 33 - Avaliação das estratégias para ampliação de acesso a métodos efetivos de tratamento e prevenção do paludismo.
- 34 - Novas estratégias de controlo do paludismo e de combate ao mosquito vetor.
- 35 - Epidemiologia do paludismo (incluindo casos importados).

➤ Parasitoses intestinais

- 36 - Caracterização das Doenças Diarreicas no país.
- 37 - Estudo epidemiológico das infeções e doenças de transmissão alimentar e hídrica.
- 38 - Avaliação do impacto das intervenções (programas de desparasitação).
- 39 - Avaliação parasitológica da água e alimentos consumidos em Cabo Verde.

L I 4 - Entomologia Médica

- 40 - Caracterização e avaliação dos vetores zoonóticos existentes em Cabo Verde.
- 41 - Caracterização e avaliação da resistência dos produtos químicos e biológicos utilizados para o controlo dos vetores de agentes patogénicos (mosquitos, carraças...).
- 42- Competência e capacidade vetorial: genética, interação vírus-vetor, parasita-vetor, bioecologia e circulação de vírus.
- 43 - Métodos para construção de indicadores entomológicos e de risco epidemiológico para arboviroses e outras epidemias.
- 44 - Eficiência e impacto das ações que são desenvolvidas para a prevenção das arboviroses.
- 45 - Novas estratégias para controlo de vetores de doenças incluindo zoonóticos.

L I 5 - Outras Doenças transmissíveis

- 46 - Caracterização de doenças fúngicas.
- 47 - Eficácia do tratamento para as doenças fúngicas.
- 48 - Doenças infecciosas importadas (contexto da globalização).
- 49 - Doenças tropicais negligenciadas.
- 50 - Epidemiologia e caracterização da Cistecercose.

Eixo 3: Políticas e Sistemas de Saúde

Linhas de investigação

L I 1 - Avaliação dos programas e serviços de saúde

- 1 - Identificação de políticas e programas que favoreçam cuidados integrados aos doentes mentais (hospitais, CS, comunidade,).
- 2 - Impactos do processo de descentralização, regionalização e atenção primária na assistência em saúde mental.
- 3 - Avaliação das Comissões Intermunicipais e Municipais de Saúde: estrutura, representatividade, legitimidade, permeabilidade, paridade, impacto na prática e na gestão e dinâmica de funcionamento do SNS.
- 4 - Conferências Nacionais: carácter, impactos na efetivação da política do SNS, compromissos, representação paritária dos segmentos e envolvimento dos participantes.
- 5 - Organização básica do sistema, integralidade, descentralização, regionalização, intersectorial idade, cobertura, acesso, equidade e continuidade, qualidade e efetividade.
- 6 - Modalidades de gestão, práticas gerenciais e relações público-privado; regulação; normalização, regulamentação e modelos de avaliação dos sistemas e ações de saúde.
- 7 - Satisfação do utente e trabalhadores em relação às políticas, programas e serviços de saúde.



- 8 - Modelos de atenção à saúde adequados às populações em condições diferenciadas, destacando-se os aspetos geográficos, comportamentais e de género.
- 9 - Avaliação sobre: qualidade e humanização no atendimento, resolubilidade dos níveis hierárquicos do SNS, acesso aos serviços de saúde e às ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.
- 10 - Avaliação da oferta de serviços de saúde.
- 11 - Políticas de atenção à violência, acidentes e trauma, incluindo os do trabalho, levando em consideração as questões culturais, económicas, geográficas e outras.
- 12 - Complementaridade do Setor privado da saúde.
- 13 - Contribuição das escolas de saúde para o sistema.
- 14 - Política medicamentosa.
- 15 - Impacto de políticas sociais e económicas no perfil epidemiológico do país.
- 16 - Questões éticas e morais na assistência à saúde.
- 17 - Ética e privacidade da informação.
- 18 - Direito do cidadão sobre a inserção de seus dados nos sistemas de informações.
- 19 - Direito de acesso à informação.
- 20 - Evacuações/identificação das possibilidades de se fazer parte das intervenções em CV.-
- 21- Mensuração das desigualdades (sociais, económicas e de género) no acesso à saúde.
- 22- Impacto de políticas sociais e económicas no perfil epidemiológico do país.
- 23- Avaliação dos efeitos das políticas sociais sobre as desigualdades em saúde.
- 24- Efetividade das ações de controlo das infeções sexualmente transmissíveis – VIH/SIDA.

L I 2 - Sistema de informação em Saúde

- 25 - Avaliação do impacto do uso da informação e de tecnologias na gestão em saúde.
- 26 - Gestão de informação e conhecimento no SNS;
- 27 - Desenvolvimento de metodologias para interação do sistema de ciência e tecnologia em saúde, sistemas de informação científica em saúde e os sistemas de informação em saúde.
- 28 - Desenvolvimento de indicadores de avaliação, uso e impacto da produção científica em saúde.
- 29 - Desenvolvimento de metodologia para apropriação pelos gestores e serviços de saúde, usuários e sociedade das informações de resultados das investigações em saúde.
- 30 - Sistema de informação geográfica (SIG) e GeoSaude.

L I 3 - Ganhos em saúde

- 31 - Impacto de políticas sociais e económicas no perfil epidemiológico do país.
- 32 - Apropriação do processo de produção, uso e disseminação do conhecimento.

L I 4 - Cobertura, acesso e acessibilidade

- 33 - Avaliação da Cobertura Universal em Saúde e acesso.
- 34 - Inovação nos mecanismos participativos.
- 35 - Participação comunitária em saúde.
- 36 - Governança em saúde.
- 37 - Cuidados pré-hospitalares e paliativos.

L I 5 - Financiamento e sustentabilidade

- 38 - Sustentabilidade do SNS.
- 39 - Impacto do sistema de colheita descentralizada das amostras.
- 40 - Custo socioeconómico das evacuações internas e externas.

L I 6 - Planeamento e Gestão em saúde

- 41 - Planeamento e gestão em saúde.
- 42 - Gestão, controlo de qualidade, inovação e aumento de performance dos laboratórios e outros serviços.

L I 7 - Desenvolvimento dos recursos humanos

- 43 - Performance dos profissionais de saúde.
- 44 - Distribuição dos profissionais de saúde (ratio, critérios...).
- 45 - Saúde do profissional de saúde.
- 46 - Força de trabalho em saúde.
- 47- Satisfação dos trabalhadores de saúde.
- 48 - Formação pós-graduada em saúde.

LI 8 - Avaliação económica

- 49 - Avaliação económica de doenças.
- 50 - Formação e análise de variação de preços no setor Saúde.
- 51 - Indicadores de monitorização e avaliação do fluxo de recursos financeiros de I&D em saúde.
- 52 - Avaliação económica das ações de controlo de infeção hospitalar.
- 53 - Avaliação do custo-efetividade, custo-benefício e eficácia dos procedimentos de alta complexidade em doenças cardiovasculares, ortopédicas e oncológicas.
- 54 - Critérios de alocação de recursos: articulação entre custo e investimento, alocação geográfica e equidade.
- 55 - Diagnóstico e estudos prospetivos de gastos em saúde.
- 56 - Análise do SNS como fator de desenvolvimento económico e social – o significado económico dos serviços e benefícios.
- 57 - Relação público-privado (estimativa dos gastos públicos envolvidos com financiamento dos seguros e planos de saúde, incentivos e renúncia fiscal).
- 58 - Avaliação do impacto e custo financeiro das DNT no SNS.

Eixo 4: Determinantes da saúde

Linhas de Investigação

L I 1 - Determinantes sociais e económicos

- 1 - Comportamentos, atitudes e práticas da população prejudiciais à saúde.
- 2 - Desenvolvimento de indicadores: índice de desenvolvimento em saúde (IDS); qualificação de dados (SIS); gestão de sistemas e serviços da saúde; indicadores de avaliação; indicadores para carga de doença; e indicadores de qualidade de vida;
- 3 - Avaliação da mutisectorialidade no SNS.
- 4 - Alterações climáticas e impacto na saúde.

L I 2 - Determinantes ambientais e climáticos

- 5 - Produção de informações voltadas para a intersectorialidade (ambiente, educação, previdências, etc.).
- 6 - Caracterização e avaliação dos principais fatores ambientais na saúde.

L I 3 - Abordagem “uma só saúde”

- 7 - Caracterização de agrotóxicos e seu efeito na saúde.
- 8 - Qualidade e acesso à água e alimentos para consumo humano.
- 9 - Efeitos na saúde decorrentes do desequilíbrio entre população e meio ambiente.
- 10 - Poluentes ambientais e neoplasias.
- 11 - Saneamento básico e saúde.

L I 4 - Saúde pública veterinária

- 12 - Avaliação do sistema de detecção precoce e resposta rápida aos eventos da saúde pública veterinária.
- 13 - Avaliação e impacto da inspeção sanitária em toda a cadeia de produção e comercialização de produtos pecuários.
- 14 - Sensibilização da população sobre a identificação e consumo de alimentos salubres e educação ambiental.
- 15 - Monitorização dos biótopos de hospedeiros intermediários de *Fasciola* e *Schistosoma* para desenvolvimento de medidas de controlo e luta.
- 16 - Farmacovigilância na medicina veterinária (registo, a AIM, a detecção rápida dos efeitos indesejáveis).
- 17 - Detecção, isolamento e identificação de organismos resistentes aos antimicrobianos.
- 18 - Teste de sensibilidade dos agentes patogénicos aos antibióticos (Antibiograma).
- 19 - Vigilância de infeções causadas por agentes resistentes aos antimicrobianos.
- 20 - Vigilância dos efluentes e rastreabilidade dos fatores contaminantes no meio ambiente com repercussões na RAM.
- 21 - Doenças Zoonóticas.

L I 5 - Saúde e género

- 22 - Relação saúde e género, perfil, tendências e cuidados.



Eixo 5: Epidemiologia, Demografia e saúde

Linhas de Investigação

L I 1 - Epidemiologia das doenças crónicas

1 - Desenvolvimento de novas tecnologias para a vigilância epidemiológica de problemas de saúde, tais como: vigilância sindrómica, Farmacovigilância, formas específicas de monitoramento, estudos de cenários, entre outros.

2 - Utilização das bases de dados primários e secundários na análise e monitoramento da situação de saúde: elaboração ou seleção de indicadores, técnicas de análise e processos de monitoramento para a análise de situação.

3 - Morbilidade e mortalidade: HTA, Obesidade, Diabetes, cancro, AVC, doença mental e doença respiratória.

4 - Mortalidade por “causas mal definidas”.

5 - Indicadores compostos tais como DALY, APVP e outros, na avaliação do estado de saúde da população.

6 - Impactos de intervenções (promoção da saúde, prevenção e controle de doenças, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação, redução de danos, saneamento básico, campanhas de imunização e outras), no perfil epidemiológico do país.

L I 2 - Eco epidemiologia

7 - Inquéritos periódicos de demografia e saúde.

8 - Estudos longitudinais de morbilidade e incapacidade.

9 - Caracterização e padrões de mortalidade e fecundidade.

10 - Demografia do envelhecimento.

11 - Avaliação de indicadores de mortalidade e morbilidade.

12 - Estudos de cenários demográficos prospetivos que apontem tendências no comportamento de segmentos populacionais, com repercussões para o planeamento em saúde.

13 - Modelos matemáticos de predição de epidemias;

14 - Modelos preditivos para construção de cenários futuros.

15 - Indicadores demográficos

16 - Padrões de mortalidade e sua distribuição a nível do território



L I 3 - Urgências e emergências em saúde

17 - Epidemias, catástrofes e desastres naturais e causadas pelo homem.

L I 4 – Controlo de epidemias e endemias

18 – comunicação de risco em saúde pública

19 – Comportamentos, atitudes e práticas relacionadas com doenças emergentes e re-emergentes

20 – Gestão de emergências em saúde pública

21 – Gestão de caso

L I 5 - Território e saúde

22 - Georreferenciação epidemiológica em Cabo Verde.

L I 6 - Padrões de mortalidade

23 - Características da mortalidade segundo género, raças, características geográficas, ...

L I 7- Indicadores demográficos

24 - Densidade demográfica e saúde.

25 - Perfil do envelhecimento e reflexo na prestação de cuidados.

26 - Urbanização e saúde

Eixo 6: Investigação Clínica

Linhas de Investigação

L I 1 - Ensaio e estudos clínicos

1 - Ensaio clínicos randomizados em saúde.

L I 2 - Infecções associados a cuidados clínicos

2 - Investigação sobre eficácia, eficiência e efetividade das diferentes ações para o controlo de infeções associadas a cuidados de saúde.

3 - Avaliação clínica do uso de medicação contínua para as condições mais prevalentes.

4 - Sistemas e serviços de urgência e emergência: gestão, modelos e qualidade, regulação de fluxo e triagem nas etapas pré, intra e pós-hospitalar.

- 5 - Qualidade de vida e humanização da atenção.
- 6 - Prevalência das infeções associadas a cuidados de saúde no país.
- 7 - Avaliação de desempenho de métodos diagnósticos.
- 8 - Avaliação de intervenções terapêuticas e da qualidade do tratamento.
- 9 - Elaboração e validação de protocolos clínicos.

L I 3 - Doenças congénitas

- 10 - Caracterização da espinha bífida e outras anomalias congénitas.
- 11 - Caracterização populacional e diagnóstico clínico de doenças congénitas com análise de parentesco.
- 12 - Desenvolvimento de métodos de diagnóstico e tratamento precoce.

L I 4 - Outras patologias

- 13 - Caracterização clínica e epidemiológica de outras patologias.

Eixo 7: Saúde de Grupos Populacionais, incluindo grupos vulneráveis

(criança, adolescente, mulher, idoso e portadores de necessidades especiais)

Linhas investigação

L I 1 - Saúde em todo o ciclo de vida (criança, adolescente, mulher, homem, idoso)

- 1 - Impacto do relacionamento familiar e das redes sociais de apoio no desenvolvimento dos problemas de saúde relacionados com os grupos vulneráveis
- 2 - Reprodução, sexualidade, IST e VIH.
- 3 - Consumo de drogas lícitas e ilícitas e de género.
- 4 - Depressão, suicídio e violência baseada no género.
- 5 - Deficiência, violência baseada no género e grupos vulneráveis.
- 6 - Avaliação da efetividade da rede intersectorial que atende mulheres em situação de violência.
- 7- Oferta de cuidados de saúde a homem.

L I 2 - Período perinatal e primeiro ano de vida

- 8 - Caracterização da morbimortalidade fetal, intraparto, neonatal tardia, infantil e perinatal em Cabo Verde.

- 9 - Determinantes da condição de vida e do desenvolvimento da criança, menor de um ano com ênfase nos aspetos ambientais, familiares, biológicos, nutricionais e psicossociais.
- 10 - Transmissão vertical de doenças como sífilis, hepatites, infeção pelo HIV e outras viroses.
- 11 - Prevalência das doenças orais, periorais, deformidades craniofaciais e perdas auditivas.
- 12 - Infeções génito-urinárias e a prematuridade (sepsis neonatal).
- 13 - Avaliação da qualidade dos cuidados prestados e das causas evitáveis de mortalidade perinatal e/ou infantil.
- 14 - Dilemas éticos relacionados ao aborto, direitos reprodutivos e sexuais e mortalidade infantil.

L I 3 - Portadores de necessidades especiais

- 15 - Estado nutricional: desnutrição, obesidade, deficiência de micronutrientes.
- 16- Mecanismos básicos, clínica e epidemiologia relacionada às situações de doença nos portadores de deficiência.
- 17 - Condições de vida e de sobrevivência de crianças com necessidades especiais.
- 18 - Efeitos da exclusão social e/ou institucionalização na saúde da criança.
- 19 - Morbilidade, desenvolvimento infantil e atraso no desenvolvimento neuro psicomotor.
- 20 - Caracterização do perfil epidemiológico, demográfico, social e económico de crianças com paralisia infantil, microcefalia e outras paralisias cerebrais.
- 21 - Características básicas da paralisia cerebral e implicações pedagógicas.
- 22 -Desenvolvimento e avaliação de estratégias de prevenção e reabilitação da criança portadora de deficiência.

L I 4 - Saúde infantil

- 23 - Qualidade, efetividade, e humanização da atenção no pré-natal e ao recém-nascido de alto risco.
- 24 - Acidentes domésticos
- 25 - Avaliação da implementação dos bancos de leite humano;
- 26 - Fortalecendo a Parentalidade Positiva: Intervenções na Primeira Infância (a nível dos cuidados com a saúde mental, doenças metabólicas e da nutrição, cardio etc.)

L I 5 - Saúde dos Adolescentes

- 27 - Determinantes, repercussões e riscos da maternidade e paternidade na adolescência.



- 28 - Determinantes da adesão a práticas sexuais seguras e inseguras e estudos comportamentais com relação às infeções sexualmente transmissíveis (IST/SIDA).
- 29 - Vivência da sexualidade dos adolescentes.
- 30 - Caracterização e riscos associados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, doenças sexualmente transmissíveis/VIH, violência e deficiência na adolescência.
- 31 - Violência, criminalidade, acesso, uso e manipulação de armas, mecanismos de recuperação de adolescentes em conflito com a lei.
- 32 - Impacto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na proteção dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco.
- 33 - Campanhas de prevenção de comportamentos de risco.
- 34 - Prevalência da gravidez na adolescência.
- 35 - Aborto na adolescência.
- 36 - Impacto das Mídias no comportamento do adolescente.
- 37 - Determinantes do acesso precário dos adolescentes do sexo masculino aos serviços de saúde.
- 38 - Desenvolvimento e avaliação de estratégias de prevenção e de reabilitação do adolescente portador de deficiência.
- 39 - Impacto na saúde dos adolescentes da gravidez precoce, interrupção voluntária da Gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

L I 6 - Saúde da mulher

- 40 - Magnitude, dinâmica e compreensão dos problemas de saúde da mulher.

➤ Aborto

- 41 - Caracterização, determinantes socioculturais e aspetos éticos da interrupção voluntária de gravidez.

➤ Sexualidade e IST

- 42 - Efetividade das ações de controlo das IST/ VIH nos estabelecimentos prisionais.
- 43 - Acesso e qualidade da atenção à comunidade LGBT e profissionais do sexo.
- 44 - Avaliação das necessidades não satisfeitas em planeamento familiar e razões de não adesão ao planeamento familiar.
- 45 - Avaliação da implementação do caderno de atenção a saúde da mulher.
- 46 - Métodos contraceptivos.

- 47 - Prevalência de *Chlamydia*, gonorreia, HPV e cancro de colo uterino.
- 48 - Determinantes da prática do sexo desprotegido.
- 49 - Determinantes comportamentais e diversidade de orientações sexuais.
- 50 - Mulheres com deficiências e sexualidade.

➤ Gravidez, parto e puerpério

- 51 - Abordagem pré-natal e morbidade obstétrica grave.
- 52 - Morbimortalidade obstétrica incluindo transtornos mentais associada à utilização de tecnologias no parto instrumentado e monitorado.
- 53 - Mortalidade materna e fatores de vulnerabilidade.
- 54 - Efetividade da humanização da assistência à gravidez, parto e puerpério.
- 55 - Avaliação da qualidade do pré-natal.
- 56 - Uso do Misoprostol (Cytotec) na gravidez e no parto.
- 57 - Uso de álcool, tabaco e outras drogas na gravidez.
- 58 - Qualidade da assistência às urgências obstétricas.
- 59 - Acesso e qualidade da atenção à saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade (no sistema prisional e mulheres portadoras de deficiência...).

L 17 - Saúde do idoso

➤ Magnitude, dinâmica e compreensão dos problemas de saúde do idoso

- 60 - Impacto do envelhecimento populacional no sistema de saúde.
- 61 - Organização familiar frente ao envelhecimento e relação inter-geracional.
- 62 - Papel do idoso como cuidador.
- 63 - Sexualidade na terceira idade e IST/VIH na população idosa.

➤ Compreensão dos mecanismos das doenças associadas ao processo de envelhecimento

- 64 - Interação dos fatores biológicos e ambientais na predição e prevenção das doenças crónico-degenerativas associadas ao envelhecimento.
- 65 - Mecanismos etiopatogénicos de doenças associadas ao envelhecimento.
- 66 - Mecanismos da imunidade no idoso.
- 67 - Identificação de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos nos idosos e vigilância à saúde da população idosa.
- 68 - Processo de morte, morrer e cuidados paliativos.

- 69 - Preconceitos e abandono da pessoa idosa.
- 70 - Cidadania da pessoa idosa.
- 71 - Patologias mais frequentes dos idosos.
- 72 - Qualidade de vida e envelhecimento.
- 73 - Determinantes biológicos e socioculturais das doenças crónico-degenerativas e das incapacidades.
- 74 - Desenvolvimento de indicadores para acompanhamento do envelhecimento e de prevalência das IST/SIDA na terceira idade.
- 75 - Avaliação da qualidade de vida dos idosos.
- 76 - Cuidados alternativos para a melhoria da qualidade de vida da população idosa.
- 77 - Caracterização de incidência e prevalência de demência e declínio cognitivo na população idosa em Cabo Verde.

L 1 8 - Saúde dos Migrantes

- 78 - Padrões migratórios e seu impacto na saúde.
- 79 - Acesso e acessibilidade aos serviços de saúde.
- 80 - Epidemiologia e práticas da população migrante.
- 81 - Conhecimento e comportamentos nefastos a saúde.

L 1 9 - Saúde do trabalhador

- 82 - Impactos diferenciados das ações de saúde do trabalhador nas mulheres e homens.
- 83 - Relações entre os trabalhos sexual, infantil, rural, doméstico e a saúde.
- 84 - Riscos ocupacionais em profissionais de saúde, com ênfase nas hepatites B e C, VIH-SIDA, exposição ao mercúrio e a radiações.
- 85 - Acidentes de trabalho e os mecanismos de proteção social dos pacientes.
- 86 - Prevalências das doenças laborais.
- 87 - Impacto da crise económica na saúde do trabalhador e da população em geral.
- 88 - Conciliação entre a vida familiar e o trabalho (Stress no trabalho) com implicações na produtividade e na economia.
- 89 - Prevenção de burnout em diferentes contextos profissionais (profissionais de saúde, educação, bancários, etc.), prevenção da depressão e do suicídio.
- 90 - Trabalho como meio de inclusão social, reabilitação e educação permanente com ênfase na saúde mental e dos portadores de deficiência.



L I 10 - Determinantes das condições de vida dos grupos vulneráveis, com ênfase nos aspetos ambientais, familiares, nutricionais, psicológicas e sociais

➤ Magnitude, dinâmica e compreensão dos problemas relacionados à Saúde

- 91 - Indicadores de saúde, prevalência de deficiências e qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais.
- 92 - Estudo epidemiológico das causas gerais de deficiências.
- 93 - Importância E validade da triagem auditiva neonatal na prevenção e diagnóstico precoce da surdez.
- 94 - Saúde reprodutiva e gênero em portadores de necessidades especiais.
- 95 - Efeitos dos fatores ambientais na saúde e qualidade de vida dos portadores de necessidades especiais.
- 96 - Avaliação e impacto das políticas e práticas de reabilitação nos programas de saúde.

Eixo 8: Cuidados farmacêuticos e outras terapias

Linhas de Investigação

L I 1 - Política medicamentosa

- 1 - Atenção farmacêutica para grupos de pacientes especiais, especialmente nos cuidados primários.
- 2 - Desenvolvimento de instrumentos e indicadores de avaliação de processos de organização e gestão da assistência farmacêutica.
- 3 - Avaliação da eficácia e efetividade da atenção farmacêutica.
- 4 - Avaliação da eficácia, eficiência e efetividade do programa de medicamentos excepcionais.
- 5 - Estudos da avaliação do impacto de medidas regulatórias.
- 6 - Avaliação da eficácia, eficiência e efetividade das vacinas em grupos específicos.



L I 2 - Gestão dos medicamentos e assistência farmacêutica

- 7 - Avaliação de desempenho de métodos diagnósticos.
- 8 - Avaliação de intervenções terapêuticas e da qualidade do tratamento.
- 9 - Investigação pré-clínica e clínica, de plantas medicinais, fitoterápicos e bioativos tradicionalmente utilizados pela população.
- 10 - Avaliação clínica de novos medicamentos genéricos.
- 11 - Avaliação da prescrição, obtenção e utilização de fármacos por idosos.

L I 3 - Farmacovigilância, uso racional e Tratamento personalizado

- 12 - Técnicas de biologia molecular para diagnóstico e testagem sorológica.
- 13 - Farmacovigilância dos medicamentos de uso contínuo.
- 14 - Avaliação da segurança dos medicamentos.
- 15 - Fármaco-Epidemiologia e Farmacovigilância.
- 16 - Resistência antimicrobiana.

L I 4 - Segurança do paciente

- 17 - Iatrogenia, eficácia e eficiência da assistência psicofarmacológica.

L I 5 - Medicina tradicional

- 18 - Eficácia e eficiência da medicina tradicional.
- 19 - Plantas medicinais.
- 20 - Potencialidades da fitoterapia tradicional.

L I 6 - Outros tipos de terapia

- 21 - Medicina natural, práticas alternativas e complementares de saúde, tais como homeopatia, acupuntura e fitoterapia.



Eixo 9: Tecnologias em saúde

Linhas Investigação

L I 1 - Saúde digital

1 - Novas tecnologias e eficácia, eficiência e efetividade das intervenções em saúde.

L I 2 - Telemedicina/ Telesaúde, *e-health*

2 - Qualidade, consistência, fidedignidade, validade, completude, padrões de representação da informação das bases de dados, cobertura, aspetos tecnológicos, fluxos, trocas eletrónicas entre sistemas.

3 - Diagnóstico da infraestrutura de tecnologias de informação na área da Saúde em Cabo Verde, dos sistemas de informação e portais existentes.

4 - Estratégias *e-health* e desenvolvimento.

5 - Impacto e desenvolvimento da telemedicina.

L I 3 - Normas e procedimentos tecnológicos hospitalares

6 - Eficácia, efetividade e eficiência de tecnologias em saúde.

7 - Avaliação de novas tecnologias e sua aplicabilidade.

8 - Desenvolvimento de modelos de incorporação de tecnologias (especificações e homologações).

9 - Análise e desenvolvimento de metodologias para certificação de conformidade – qualidade.

10 - Metrologia e defesa do consumidor.

11 - Aferição e calibração dos equipamentos de saúde.

12 - Avaliação de qualidade de procedimentos, serviços e produtos.

L I 4 - Informatização em saúde

13 - Desenvolvimento de rede de informação sobre ciência, tecnologia e inovação em saúde via internet.

14 - Informatização do sistema de saúde.

Eixo 10: Comunicação e promoção da Saúde

Linhas Investigação

L I 1 - Literacia em saúde

- 1 - Apropriação do processo de produção, uso e disseminação do conhecimento relacionado com a saúde.
- 2 - Desenvolvimento de metodologias para integração operacional de sistemas de informação em saúde.
- 3 - Divulgação científica em saúde e seu impacto na construção do conhecimento e das práticas sociais, interface entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento.
- 4 - Papel das Instituições de Ensino na produção e divulgação do conhecimento científico em saúde.
- 5 - Impacto das ações de programas de educação, sensibilização e informação em saúde.
- 6 - Comunicação e mídia: dimensão e papel no controlo social da saúde.
- 7 - Perceção da população quanto às doenças transmissíveis, não transmissíveis e fatores de risco.

L I 2 - Comunicação e saúde

- 8 - Comunicação no quotidiano dos serviços de saúde.
- 9 - Comunicação e conflito de lógicas: implicação das políticas de saúde e domínios sociais.
- 10 - Formas de expressão de demandas da população.
- 11 - Desenvolvimento de redes sociotécnicas em saúde.
- 12 - Formas de comunicação e educação em saúde para a prevenção de violência, acidentes, traumas e intoxicações.

L I 3 - Boas práticas em saúde

- 13 - Divulgação das boas práticas dos serviços de saúde
- 14 - Utilização das boas práticas para a melhoria da prestação de cuidados em saúde



L I 4 - Saúde comunitária e cidadania em saúde

- 15 - Impacto da efetividade da comunicação nos conselhos de saúde, população em geral...
- 16 - Acesso e nível de conhecimento das populações sobre os agravos em saúde.
- 17 - Estratégias e métodos de informação da saúde às necessidades da população.
- 18 - Desenvolvimento de metodologias de informação e comunicação entre os conselhos de saúde, suas representações e a sociedade.
- 19 - Papel das redes comunitárias nas questões de saúde.
- 20 - Cuidadores informais.
- 21 - Organização do processo de trabalho com a informação.
- 22 - Responsabilização, perceção E mudança de comportamento.

L I 5 - Promoção da Saúde

- 23 - Estratégias e impacto da promoção da saúde.
- 24 - Proteção da saúde.

7. Plano de implementação, seguimento e avaliação da agenda

A Agenda Nacional de Investigação para a Saúde é um instrumento orientador abrangente para a geração de evidências que serão utilizadas no setor da saúde, a fim de informar e contribuir para o desenvolvimento de políticas e intervenções em saúde. O objetivo da criação da Agenda é o de incentivar e facilitar a troca de conhecimento entre os diversos atores e “delinear” novas oportunidades e/ou estratégias de cooperação institucional como meio para assegurar a sustentabilidade dos desafios e oportunidades traçados nos Planos Estratégico do INSP e do Ministério da Saúde no que concerne a investigação para a saúde.

Para garantir a sua plena execução prevê-se um árduo trabalho que contará com participação de vários atores nacionais e internacionais, provenientes do setor da saúde, das academias, dos centros de investigações, dos serviços desconcentrados do Estado, das organizações da sociedade civil e do setor privado, as ONG’S e outras entidades públicas e privadas que trabalham direta ou indiretamente com a promoção da investigação científica, desenvolvimento e Inovação.

Com a supervisão geral do INSP e o apoio do Ministério da Saúde e Segurança Social, como setor responsável pela implementação da Agenda, em parceria com as partes interessadas e a comunidade internacional serão desenvolvidos mecanismos e estratégias de promoção, facilitação, coordenação, desenvolvimento e gestão de atividades de investigação científica nas áreas prioritárias da saúde, identificadas no período de 2020-2024.

Pretende-se que, este documento seja dinâmico e, como tal, poderá sofrer alterações e atualizações sempre que as partes interessadas reconheçam a necessidade de se fazer “ajustes” nas linhas de investigações e/ou temáticas dos eixos estratégicos de investigação presente na Agenda.

O presente Plano **de implementação, seguimento e avaliação da agenda** reúne e sistematiza as principais ações necessárias à implementação da Agenda Nacional de Investigação Para a Saúde 2020-2024.



Estratégia de Implementação da Agenda

No quadro da sua missão e atribuições, o INSP deverá trabalhar na facilitação de todas as condições favoráveis para a implementação da presente Agenda, em parceria com as instituições e atores com responsabilidades na matéria.

As Principais estruturas regulatórias e mecanismos para revisão de investigação científica em saúde continuarão a ser os comités de ética de pesquisa em saúde (CNEPS e eventuais comités intersectoriais), a ERIS continuará fornecendo aspetos regulatórios dos ensaios envolvendo medicamentos e vacinas, enquanto o INSP deverá coordenar junto com os parceiros todas as formas e tipos de investigação científica em saúde, incluindo ensaios clínicos realizados no âmbito desta Agenda.

Sendo uma agência nacional de investigação para a saúde e contendo uma lista de projetos relevantes para responder a alguns dos principais desafios da saúde pública em Cabo Verde, a implementação da mesma será da responsabilidade de todos os setores e áreas relacionadas com a saúde e seus determinantes (sociais, económicos, culturais e outros). Estão incluídos serviços e departamentos governamentais (MSSS; MAA; MEFIS;...) Universidades e outras Instituições de Ensino Superior, ONG, Instituições públicas e privadas com ligação direta ou indireta a investigação científica, associações da sociedade civil, Ordens profissionais, e demais parceiros nacionais e internacionais.

O INSP deverá analisar todas as propostas de projetos que estão contidos nesta agenda ou que dão respostas a questões relevantes de saúde pública em Cabo Verde e, caso o projeto esteja dentro dos critérios de resposta será elaborada uma declaração de reconhecimento do estudo como importante para o Sistema Nacional de Saúde. O proponente do projeto deverá preencher uma ficha de projeto e solicitar a inclusão do seu nome na lista de investigadores do INSP. A ficha de projeto deverá ter, além de conteúdos descritivos gerais, descrever o contributo de cada projeto para a implementação da agenda, nomeadamente através da explicitação dos seguintes aspetos:

- enquadramento do projeto nos eixos estratégicos e linhas de investigação da agenda;
- contributo do projeto para a prossecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas na Agenda;

- identificação da equipa de projeto e das entidades intervenientes no projeto como parceiras;
- identificação das entidades interessadas e financiadoras do projeto;
- orçamento detalhado do projeto;

As informações contidas nas fichas de projeto fornecerão indicadores que permitirão aferir o alinhamento dos projetos as opções estratégicas estabelecidas na Agenda e as metas nela afixadas.

Para uma maior eficiência e eficácia na implementação da agenda, será criado um Grupo de Trabalho (GT) responsável das tarefas inerentes ao acompanhamento, monitoramento, avaliação e revisão da agenda.

Gestão, Monitorização e Avaliação de Projetos de Investigação

A gestão, monitorização e avaliação de projetos de investigação é uma ação essencial ao êxito da implementação da Agenda de investigação em saúde 2020-2024 e deve merecer uma atenção especial dos interessados na Agenda, de modo a contribuir para o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas do mesmo.

Esta ação será orientada no sentido de enquadrar e reforçar a proactividade das estruturas e os recursos já existentes no INSP no domínio de execução, seguimento e avaliação de projetos de investigação, de modo a maximizar os resultados do esforço aplicado.

No INSP a entidade com a responsabilidade para o seguimento e avaliação das atividades de natureza técnico científica será o Conselho Científico quando for instituído. Enquanto isso, será criada uma equipa de seguimento e avaliação que funcionará no INSP e que terá representantes de diversas instituições relevantes na área da investigação científica em Cabo Verde.

A equipa de seguimento e avaliação terá como atribuições:

- a) Apoiar na divulgação da Agenda;
- b) Apoiar na identificação de potenciais parceiros (técnicos e financeiros) de implementação da Agenda;



- c) Analisar projetos submetidos para busca de financiamento;
- d) Apoiar na organização de fóruns de divulgação de trabalhos científicos;
- e) Acompanhar a implementação dos projetos aprovados;
- f) Apoiar na formação/capacitação de investigadores;
- g) Apoiar na realização de fóruns de divulgação científica;
- h) Elaborar e apresentar relatório de atividades relacionadas com a Agenda;
- i) Outras atribuições tidas como pertinentes e fundamentais para o processo de implementação da Agenda.

Poderão ser adotadas como estratégia de investigação e critérios de seleção, os projetos que tenham como objetivo principal alcançar (direta ou indiretamente) a melhoria da prestação de cuidados de saúde nas suas várias vertentes, concomitantemente com o aumento e a promoção da produção científica de excelência a nível nacional e internacional.

O sistema de monitorização e avaliação de projetos de investigação assentará na recolha de dados e apuramento de resultados, com uma periodicidade anual, de modo a permitir compreender, os seguintes fatores:

- alinhamento das grandes opções e orientações da Agenda e, em caso de desvio, identificação das medidas corretivas a serem adotadas;
- o estado de execução do Plano de Investigação (PI) e dos projetos em curso;
- os fatores-críticos que afetam (positiva e negativamente) a execução do plano e projetos de investigação.

A monitorização dos projetos de Investigação está diretamente relacionada com a avaliação regular da atividade de investigação e, indiretamente, com a avaliação do desempenho dos investigadores dos grupos de investigação.

Os relatórios de monitoramento e avaliação (M&E) devem ser apoiados por visitas aos locais onde os projetos aprovados estão sendo realizados, e fontes de dados institucionais.



Os Relatórios Finais de estudos incluídos nesta Agenda e outros relacionados com a saúde serão depositados no INSP enquanto entidade pública que tem por missão: *Gerar, desenvolver e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a saúde e seus determinantes, visando o fortalecimento das políticas públicas e a melhoria do sistema de saúde, em prol do bem-estar da população de Cabo Verde.*

Os relatórios serão usados para compilar banco de dados e diretório de projetos de investigação aprovados.

O acompanhamento regular da Agenda constitui uma ação preparatória para a sua futura avaliação e revisão, além de permitir identificar e propor medidas corretivas possíveis e adequadas.

A monitorização do Projeto de Investigação e o acompanhamento e avaliação da Agenda devem ser articuladas de forma a permitir o cruzamento de informação e a coordenação de eventuais iniciativas de revisão.

Avaliação

A avaliação da Agenda consiste na formulação de um juízo sobre as várias componentes estratégicas que a compõem, no sentido de determinar:

- os resultados obtidos e os impactos associados à sua implementação (eficácia);
- o seu grau de execução e o modo como se desenvolveu essa implementação (eficiência);
- a sua validade (adequação);
- a necessidade e o momento da sua revisão.

A Agenda de investigação para a saúde tem uma vida útil de cinco anos e será objeto de uma avaliação intercalar a meio percurso, com a finalidade de analisar o alinhamento da Agenda com as políticas e necessidades em saúde e acompanhar a adesão das partes interessadas à implementação da Agenda (Acompanhamento), seguida de uma revisão final da Agenda após cinco anos de implementação (Revisão).

Revisão

A revisão da AGENDA 2020-2024 será efetuada com base em Termos de Referência propostos pela Equipa seguimento e avaliação e será sempre precedida da divulgação dos resultados da avaliação.



Indicadores, Sustentabilidade e Financiamento da Agenda

Indicadores

Pretende - se estabelecer um plano de prioridades utilizando os alvos a alcançar para cada ano. Define-se anualmente a proporção de investigação a serem realizadas em função do nível das prioridades definidas.

Indicadores (de performance);

1. Número de projetos submetidos por eixos e linhas de investigação, conforme consta na Agenda;
2. Número de projetos submetidos pelo gabinete de projetos e financiados;
3. Número de projetos implementados pela entidade coordenadora;
4. Número de projetos implementados por outras instituições nacionais que se enquadram nas áreas e linhas de investigação da Agenda;
5. Número de projetos submetidos e implementados por investigadores individuais;
6. Número de produções científicas por áreas e linhas de investigação integrados na plataforma/base de dados;
7. Número e diversidade de instrumentos técnico-científicos disponíveis na plataforma/base de dados;
8. Número de trabalhos publicados pelos Estados Membros / instituição em temáticas que se enquadram nas áreas e linhas de investigação da Agenda;
9. Número de projetos de investigação multicêntricos estabelecidos:
 - a. Com instituições de Estados-Membros da CPLP
 - b. Com outros países



Financiamento e Sustentabilidade da Agenda

Os financiamentos das atividades devem ter em consideração as áreas de prioridade com maior impacto no sistema de saúde ou na população alvo. O governo e os parceiros devem participar na mobilização conjunta de recursos através de um plano de mobilização de recursos associados à Agenda.

Potenciais fontes de financiamento

1. Orçamento Geral do Estado (Fundo da Agenda Nacional de Investigação – Gabinete do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, INSP;...)
2. Universidades;
3. Institutos Públicos nacionais e internacionais parceiros;
4. OMS;
5. OOAS;
6. Fundo Global;
7. Agências internacionais de financiamento à Investigação e científica;
8. Banco Mundial;
9. Banco Africano de Desenvolvimento;
10. União Europeia;
11. Embaixadas;
12. Instituições privadas



8. Bibliografia

Augusto, C. and Gadelha, G. (2007) *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro. Available at: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/DesenvolvimentoSaude.pdf> (Accessed: 13 December 2019).

Berger, C. et al. (2010) *Strengthening pharmaceutical innovation in Africa*.

Brasil Ministerio da Saúde Secretaria de Ciencia Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciencia e Tecnologia (2004) *Saúde no Brasil: Contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa*. Brasília. Available at: <http://www.saude.gov.br/sctie/decit> (Accessed: 16 December 2019).

Brasil Ministerio da Saúde Secretaria de Ciencia Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciencia e Tecnologia (2007) *Textos para tomada de decisão esquisita para Saúde Por que pesquisa em Saúde? Council on Health Research for Development (COHRED) Global Forum for Health Research*. Brasília. Available at: www.cohred.org (Accessed: 16 December 2019).

Brasil Ministerio da Saúde Secretaria de Ciencia Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciencia e Tecnologia (2008) *Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde*. Edited by Editora MS. Brasília - DF: Ministério da Saúde, Brasil. Available at: <http://www.saude.gov.br/bvs> (Accessed: 16 December 2019).

COHRED (2012) *COHRED ANNUAL REPORT 2012*. Geneva. Available at: http://www.cohred.org/wp-content/uploads/2011/05/COHRED_AR_web-copy-2012.pdf (Accessed: 16 December 2019).

COHRED (2013) *Colloquium 2013 Report: SUSTAINABLE INVESTMENTS INTO RESEARCH AND INNOVATION In Collaboration with the Lancet Commission on Investing in Health*. Geneva. Available at: www.cohred.org/colloquium03/ (Accessed: 16 December 2019).

Global Forum for Health Research (2004) *The 10/90 Report on Health Research 2003-2004*. Available at: www.globalforumhealth.org (Accessed: 13 December 2019).

de Haan, S. and Montorzi, G. (2005) *Priority setting for health research: Toward a management process for low and middle income countries*. Available at: <http://www.cohred.org/downloads/Essay2.pdf> (Accessed: 13 December 2019).

Hirsch, E. (2015) *Fondements de l'éthique biomédicale Première année commune aux études de santé Textes de référence 2015/16**. Available at: www.espace-ethique-alzheimer.org (Accessed: 16 December 2019).

Kennedy, A. and Ijsselmuiden, C. (2011) *Review version for expert consultation. Please do not circulate without authors' permission Building and strengthening national health research systems A manager's guide to developing and managing effective health research systems Council on Health Resear*. Available at: <http://www.cohred.org/NHRSupport/> (Accessed: 16 December 2019).

Ministère de la santé, de la jeunesse, des sports et de la vie associative (2009) *Ministère de la santé, de la jeunesse, des sports et de la vie associative DOCUMENT*



D'ORIENTATION Comité ministériel d'orientation de la recherche. Available at: <https://solidarites-sante.gouv.fr/IMG/pdf/DOCORR.pdf> (Accessed: 16 December 2019).

Ministério da Saúde de Cabo Verde (2012) *Programa Nacional Desenvolvimento Sanitário 2012-2016*. Available at: <http://www.minsaude.gov.cv/>.

Ministério da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde (2019) 'PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SANITÁRIO 2017-2021 Volume 1'. Praia: Ministério da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde. Available at: <https://www.minsaude.gov.cv/index.php/documentosite/plano-nacional-de-desenvolvimento-sanitario-do-msss/plano-nacional-de-desenvolvimento-sanitario-2017-2021/504-pnds-volume-i/file> (Accessed: 9 December 2019).

NYU/WAGNER (no date) *Assessing the Efficacy of Health Research as a Development Strategy within Poverty Reduction Strategy Papers | NYU Wagner, NYU/WAGNER*. Available at: <https://wagner.nyu.edu/education/capstone/projects/assessing-efficacy-health-research-development-strategy-within-poverty> (Accessed: 16 December 2019).

Anexos

A. Lista de Participantes na elaboração da 1ª fase da Agenda de Investigação em Saúde

Nomes	
Adelaide Lima	João Lisboa Ramos
Adilson Fragoso	Jorge Noel Barreto
Ana Paula Santos	José Carlos Ferreira
Ângela Silvestre	José da Rosa
Antonino Veiga	José Emídio Rocha
António Cruz	José Maria Martins
Ariana Mota Monteiro	
Ariel Costa	Júlio Rodrigues
Artur Correia	Justiniano Mendonça
Camilo Lélis Neves	Lara Gómez
Celina Ferreira	Manuel Gomes
Conceição Carvalho	Maria da Luz Lima Mendonça
Daniel Silves Ferreira	Maria de Lourdes Spencer Lopes dos Santos
Dario Dantas dos Reis	Maria do Céu Teixeira
Djamila Reis	Maria Helena Figueiredo Soares
Domingos Teixeira	Maria Helena Lopes da Silva
Dulce Dupret	Maria Natalina Silva
Eduardo Tavares	Marilena Djata Cabral
Elisabete Lopes Lima	
Emely Santos	Mecilde Costa;
Ernesto Rocha	Miguel Lopes;
Eveline Amaral Fernandes	Morris Makar;
Fátima Sapinho	Nair Lucas;
Filomena Libânia Évora	Neusa Semedo
Filomena Moniz	Odete Cardoso Silva
Filomena Rodrigues	Olívio Pires
Francisca Inocêncio	Oswaldo Lisboa Ramos
Helder Tavares	Samila Inocêncio
Henrique Vera-Cruz	Sandra Monteiro
	Serafim Spencer Lopes dos Santos;
Hirondina Borges Spencer	Serafina Alves
Irenita Soares	Sónia Ferreira
Irina Spencer	Tereza Martins
Iris Vasconcelos	Tereza Mascarenhas
Joana Alves	Tito Rodrigues
Joana Freitas	Tomas Valdez
	Victor Costa

Tabela 1- Profissionais que participaram na elaboração da versão inicial (2011) da Agenda Nacional de Investigação para a Saúde. Cabo Verde, com os agradecimentos do INSP

